

## ACTA NÚMERO 120 (CENTO E VINTE)

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.<sup>a</sup> Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

### **Ponto Único** – Apreciação e votação do Relatório e Contas Exercício 2016

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes e pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Tito Arantes Fontes (A.Sporting CP-Rugby); Miguel Cordovil Matos (CDUL); Paulo Picão (AA Coimbra); Nuno Salvador Costa (AEIS Agronomia); Luis Batista (Belas RC); António Marques (Caldas RC); Miguel Freudental e Diogo Barbosa (CF Belenenses); Jorge Rosa (CR Técnico); António Costa e Amílcar Seco (CRAV).

Como ponto prévio à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à consideração da Assembleia Geral, em votações separadas, os pedidos formulado à Mesa pelos senhores Luis Canogia da Associação de Rugby do Sul e Miguel Dias da Associação Académica de Coimbra, no sentido de serem autorizados a assistir à presente Assembleia, ainda que naturalmente sem a possibilidade de intervir na mesma em sede de votação, conforme previsto n.º10 do Art.º20.º dos Estatutos da FPR. Posta à votação, foram ambas as propostas aprovadas por unanimidade.

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar e Rui Augusto da Silva Neves, e o representante do Conselho Fiscal, Dr. João Marques Pinto, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, depois de uma suspensão de cinco minutos enquanto



quadros profissionais e competentes. Por esse motivo vai abster-se voltando a frisar que o importante é existir alguém responsável.

Pedro Fragoso Mendes, delegado do GD Direito, respeita a opinião do Presidente vai abster-se.

João Paulo Sousa, do RC Loulé, disse que o importante é haver profissionalismo e responsáveis remunerados, não há almoços grátis, vai abster-se por respeitar a posição do Presidente.

O delegado dos treinadores Francisco Fragateiro concordou com o delegado do RC Loulé e referiu que se queremos ter estruturas profissionais e competentes e se queremos competir com o que de melhor há lá fora, temos de remunerar a estrutura.

O Presidente da Mesa esclareceu a Assembleia de que na realidade este ponto da ordem de trabalhos não é verdadeiramente uma proposta, pois a mesma já foi aprovada anteriormente, mas que por motivos burocráticos e administrativos irá ser exarado em acta que o Presidente não é remunerado e que esta deliberação tem efeitos reportados a 01 de Janeiro de 2017.

Fernando Manso, do CRAV, perguntou quem é que vai ser o executivo. Luis Cassiano Neves esclareceu que em dois mil e dezassete irá continuar assegurar o funcionamento da FPR, não em tempo inteiro mas a 80%.

Paulo Picão, da AA Coimbra, elogiou a posição do Presidente, salientando que a função executiva deveria continuar a ser bem desempenhada pelo Presidente da Federação.

Passando à discussão da matéria agendada sob o ponto três da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que afirmou que a cooptação de Marta Ferreira para Vice-Presidente é uma aposta para o desenvolvimento do rugby feminino, dos jogadores, árbitros e dirigentes, tendo feito uma breve apresentação do seu currículo.

Artur Conceição, do Técnico, perguntou se a Marta Ferreira irá desempenhar as mesmas funções do vice-presidente Francisco Branco ou se vai estar só no desenvolvimento do rugby feminino. Luis Cassiano Neves disse que vai ter a responsabilidade do pelouro do desenvolvimento no qual se inclui o rugby feminino, mas que nos primeiros tempos irá haver uma cooperação muito estreita entre o Presidente da Direcção e Marta Ferreira.

Pedro Lucas, do Técnico, achou negativo que ao fim de um ano dos cinco membros da Direcção que concorreram às eleições já tivessem saído dois e acha que a área do desenvolvimento deveria ter à sua frente uma pessoa com outro curriculum e experiência.

originar competições regionais. Ao invés de Selecções regionais sugeriu a realização de competições a nível regional mas de clubes. Referiu ainda que as Selecções de XV e sevens são efectivamente o motor do desenvolvimento do rugby português.

Miguel Freudental subscreveu a hipótese da realização de jogos em França e chamou atenção para o facto de os calendários competitivos serem cada vez mais compactos inviabilizando algo que considera muito importante para o desenvolvimento e a formação das camadas jovens, as digressões.


O Presidente da Federação informou que a realização de jogos em França já tinha sido debatida e aprovada em reunião de Direcção. Quanto à cobrança de bilhetes informou que existe alguma resistência por parte dos patrocinadores que entendem que será prejudicial ao número de espectadores nos jogos. Existe uma expectativa de crescimento do apoio do IPDJ que irá permitir uma aposta maior nos sevens, em especial no sector feminino.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou o ponto um à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 2 abstenções de Pedro Lucas e Artur Conceição, do Técnico, que solicitaram que ficasse registado em acta que o seu voto tem a ver com a incapacidade que tiveram em analisar em profundidade o documento em questão.

Antes de entrar no ponto dois o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Tito Arantes Fontes informou à Assembleia Geral que teve conhecimento de que o Basquetebol vai ter uma receita extraordinária de 600.000,00 euros via Jogos da Santa Casa da Misericórdia – Placard, e que o Rugby poderá vir a negociar a inclusão da modalidade nestas apostas, pois o Rugby está nas cinco maiores modalidades desportivas em Portugal.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPR que referiu que já tinha sido aprovado em dois mil e dezasseis que não tivesse remuneração por ter entendido não existirem condições financeiras para tal, o que veio a ser aprovado em Assembleia Geral. Entende que actualmente deve diminuir a sua actividade executiva em benefício de maior representação institucional e que no futuro havendo condições deve ser contratado um Director Executivo.

Intervieram de seguida os delegados do CF Belenenses-Miguel Freudental que louvou a atitude do Presidente mas que não concorda. O delegado do Técnico, Pedro Lucas, afirmou que ultimamente tem havido muita incompetência à frente dos destinos do Rugby e que considera irrelevante que o Presidente seja ou não remunerado, mas que é importante haver alguém responsável e remunerado. Referiu que na Irlanda o Presidente da Federação muda todos os anos sem que isso afecte o seu funcionamento, porque têm



Passando a palavra ao Vice-Presidente da Direcção Carlos Lobo Gaspar, o mesmo fez uma apresentação do orçamento salientando que mais de 50% das verbas são para salários.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra aos delegados:

O delegado da AA Coimbra Paulo Picão congratulou-se com a comunicação da FPR, que considera dignificar o rugby e poder atrair patrocinadores. Referiu que a aposta na Selecção de XV é uma inversão na estratégia da FPR no passado e espera que tal não prejudique o desenvolvimento. Desafiou a FPR a juntar os clubes aos seus projectos, manifestando a disponibilidade da Académica em ajudar a criar um Centro de Alto Rendimento em Coimbra à semelhança do que já existe no Porto, de forma a haver igualdade nas convocatórias para as seleções jovens evitando situações como ocorreram recentemente com a selecção de sub-20.

José Maria Sampaio, do Cascais, compreende que haja uma inversão na estratégia da Federação mas espera que esta aposta na selecção não prejudique o normal funcionamento dos campeonatos.

Luis Miranda, dos árbitros, congratulou-se com a nova forma de apresentação do orçamento, que passou a reconhecer os custos com a arbitragem no departamento de competições, e com a aposta no enquadramento técnico.

O Presidente da Federação da FPR agradeceu a intervenção de Paulo Picão, frisando que houve uma reactivação da ARN e que passará a haver compensações para os clubes que mais colaborem com as Associações Regionais. Informou a Assembleia que está ser negociada com a FER a criação de uma liga ibérica e que durante o tempo em que se desenrola esta competição, irá ser desenvolvido um campeonato regional em moldes a definir. Quanto ao caso específico dos Sub-20 tem a ver com a inexperiência e o repentismo em que foi organizado o jogo em questão e apresentou as desculpas pelo sucedido. Agradeceu as palavras e a colaboração do delegado José Maria Sampaio e do seu clube, mas por vezes as alterações ao calendário são impostas por organismos internacionais, nomeadamente, no caso do jogo de apuramento à II Divisão se vencermos o Trophy. Agradeceu também a intervenção do delegado dos árbitros informando que tem sido debatida com os seus representantes a hipótese de criação de dois grupos de árbitros, sendo um de elite.

Pedro Fragoso Mendes, delegado do GDD, referiu que a quebra das receitas tem de ser combatida por todos lembrando o ridículo de quando se pretendeu cobrar bilhetes haver sempre uma avalanche de pedidos de borlas. Sugeriu a hipótese de se realizarem alguns jogos de preparação da selecção em França, país onde vive um milhão de portugueses que gostam de rugby e que pagam para ver os jogos. Entende que os modelos competitivos têm de ser alterados radicalmente, considerando que a regionalização deve



Como ponto prévio à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentou aos delegados as razões que levaram ao atraso na convocatória desta Assembleia, tendo de seguida colocado à consideração da Assembleia Geral o pedido formulado à Mesa pelos senhores Luis Canogia, Frederico Taborda, Ricardo Nunes e Rodrigo Alves, no sentido de serem autorizados a assistir à presente Assembleia, ainda que naturalmente sem a possibilidade de intervir na mesma em sede de votação, conforme previsto n.º10 do Art.º20.º dos Estatutos da FPR. Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves, os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar e Rui Augusto da Silva Neves, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18.30 horas.

Dando início à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que referiu que o orçamento vive fundamentalmente do apoio do Estado, estando ainda em aberto as verbas a que a FPR tem direito. O orçamento aqui apresentado é um exercício que visa potenciar a capacidade de financiamento do IPDJ, mas tal só poderá ser confirmado em Março, com a celebração do contrato com o IPDJ. Em função do que se conseguir, ou não, contratualizar, o Presidente da FPR alertou para a possibilidade de se ter de submeter à Assembleia Geral um orçamento rectificativo em Março. Segundo referiu, se não houver uma mudança radical ao nível do financiamento, terão de ser aplicadas medidas de fundo a discutir em sede de Assembleia Geral, para além de redução salarial de 20% que ocorreu este ano e que implicou alguma redução de actividade.

Luis Cassiano Neves salientou que apesar dos valores da modalidade e da grande actividade da FPR e dos Clubes junto da população com carências sociais, se não houver uma Selecção forte e com aspirações a apuramento para o Mundial, torna-se muito difícil obter patrocínios de outra dimensão. Em função dos resultados do desenvolvimento do rugby em Portugal e também porque se preveem forte quebras de receitas no Mundial de 2019 no Japão, a World Rugby reduziu o seu apoio para 80.000 Libras anuais, porém, se a Selecção de XV conseguir vencer o Trophy e for longe na qualificação para o Mundial os apoios não sofrerão qualquer redução e poderão inclusivamente ser aumentados. Assim sendo e dada a disponibilidade dos jogadores que actuam nos campeonatos profissionais o seu contributo irá ser aproveitado pelo que não será possível fazer uma poupança idêntica ao ano passado.



se aguardou por alguns dos delegados que estavam a chegar, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18.40 horas.

Dando início à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da FPR que enquadrou a apresentação das contas que iria ser feita pelo Vice-Presidente Carlos Lobo Gaspar, a quem passou a palavra, enquanto se colocou à disposição para qualquer esclarecimento.

O Vice-Presidente Carlos Lobo Gaspar fez - com o apoio de slides que foram sendo projectados - um breve resumo das contas do exercício de 2016, destacando o facto da demonstração de resultados evidenciar uma significativa redução da actividade internacional, quando comparada com 2015, assim como a execução das medidas de contenção financeira contidas no orçamento rectificativo anteriormente aprovado.

Em sede de balanço referiu existir uma variação negativa na rubrica Outros Activos Correntes, decorrente da redução de subsídios do Comité Olímpico e do World Rugby para os Sevens.

No passivo, destacou a redução verificada nos financiamentos obtidos, ainda que com um ligeiro aumento nas dívidas a fornecedores e outras contas a pagar. Referiu existir uma redução de passivo de 21,4% em relação a 2015.

No que respeita aos fundos patrimoniais, os mesmos permanecem negativos, mas essa situação será melhorada se se mantiver a tendência de resultados positivos.

Feito o breve resumo, o Vice-Presidente Carlos Lobo Gaspar referiu ficar à disposição para qualquer esclarecimento e passou a palavra à Dra. Maria João Xavier, contabilista certificada da FPR, que prosseguiu com a apresentação dos quadros em slides.

A nível de receitas, a Dra. Maria João Xavier referiu existir uma evolução positiva de cerca de 144 mil euros em relação ao orçamentado, essencialmente em função de uma maior receita do IPDJ e de recebimentos de associados. No Alto Rendimento houve uma variação negativa com uma redução das receitas do Rugby Europe. Além destas rubricas, a Dra. Maria João Xavier prosseguiu com uma breve explicação das demais variações, positivas e negativas.

Feita a apresentação do quadro das receitas, foi dada a palavra aos Delegados, tendo o Delegado Miguel Freudental, do Belenenses, questionado, a respeito da rubrica Jogo Jogado, como poderiam os clubes ajudar a melhorar essa receita. Perguntou também se se previam subsídios adicionais devido ao bom desempenho das camadas jovens no Rugby Europe.

A Dra. Maria João Xavier e depois o Presidente da Direcção esclareceram que as verbas até aqui recebidas ao abrigo da rubrica Jogo Jogado foram exclusivamente com base em apostas feitas em jogos internacionais. De acordo com a intervenção do Presidente da Direcção, o crescimento expectável desta rubrica é linear e não exponencial, não havendo nada que a FPR ou os clubes possam fazer para melhorar. Diferente considerou ser a perspectiva de inclusão do rugby no jogo Placard da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, caso em que, aí sim, se deveria pensar na melhor forma de se aproveitar essa oportunidade. Quanto à segunda questão, o Presidente da Direcção esclareceu que os subsídios que se conseguirem angariar do Estado Português, do Rugby Europe ou do



World Rugby seriam sempre integralmente consumidos pela preparação das competições a que as mesmas se destinam, dando como exemplo um apoio do World Rugby para o Mundial de sub 20 que vai ser integralmente consumido pelas viagens e preparação dessa competição.

De seguida interveio o Delegado Paulo Picão, da AA Coimbra, notando a descida na rubrica dos patrocínios e perguntando o que estava previsto para combater essa descida. Respondeu o Presidente da Direcção, notando que o auge da FPR em termos comerciais foi nos 4 anos seguintes à presença no Mundial de 2007. No seu entendimento, para a FPR voltar a níveis de financiamento comercial superiores a meio milhão de euros, terá de marcar presença num Mundial ou similar. Informou que a FPR contactou diversas empresas, que enumerou, dando o exemplo de uma marca automóvel que a nível nacional concordou num patrocínio significativo, mas que depois deixou cair esse apoio por decisões tomadas a nível internacional. De acordo com o Presidente da Direcção, a FPR e os clubes devem-se focar na valorização do rugby como produto, mas a presença num Mundial é indispensável.

Interveio novamente o Delegado Paulo Picão, da AA Coimbra, referindo que haviam feito uma experiência de transmissão de dois jogos em streaming com resultados muito surpreendentes e animadores em termos de número de visualizações. No seu entender, os clubes deveriam diversificar os canais de comunicação e a FPR deveria ajudar os clubes a percorrer esse caminho de modo concertado.

Interveio então o Vice Presidente da Direcção, Rui Neves, que defendeu que se nota o crescimento do rugby nas áreas comerciais, onde já tem secções destinadas, que anteriormente não existiam. No seu entendimento, o mercado nacional é mais direccionado aos clubes e o internacional para a FPR, o que levanta a esta última a dificuldade de não existirem grandes empresas portuguesas com projecção internacional que queiram apostar no rugby, sendo que existe uma grande concorrência para captar as empresas internacionais.

Seguidamente tomou a palavra o Delegado António Costa, do CRAV, questionando a razão pela qual não se aproveitam os jogos do Campeonato da Europa para angariar receitas. Luis Cassiano Neves respondeu, defendendo que o rugby deve mudar de perspectiva e que, no seu entender, os jogos da Federação num futuro próximo deverão passar a ter receita de bilheteira. De acordo com a sua intervenção, a FPR tem de aproveitar a presença de pessoas – como aconteceu no Jamor – para organizar eventos e daí tirar proveitos.

Tomou de seguida a palavra o Delegado Nuno Salvador, da Agronomia, que questionou o que era a rubrica CML – Youth Festival, o que foi respondido pelo Presidente da Direcção.

O Delegado Diogo Barbosa, do Belenenses, questionou então a evolução francamente positiva, face ao orçamentado, da rubrica de recebimentos de Associados. O Presidente da Direcção explicou que tal se ficou a dever ao facto do orçamento ter sido efectuado com base nas parcas receitas cobradas no passado e deste ano se ter feito um grande esforço na cobrança dessas receitas, tanto relativas a este ano, como em relação a anos passados.

Intervio de seguida o Delegado Amílcar Seco, do CRAV, voltando a referir que na sua opinião os quilómetros e as inerentes despesas de deslocação que algumas equipas têm de suportar são muito superiores a outras e que isso deveria ser tido em consideração nas taxas de inscrição nas provas da FPR. Levantou também a questão dos cursos e dos respectivos valores de inscrição.

O Presidente da Direcção respondeu que além de um aumento no preço dos custos, há também um aumento na capacidade de cobrança. Notou que no passado a FPR teve cursos mais baratos, mas que isso se reflectiu na qualidade dos mesmos cursos. No seu entender, a FPR continua com cursos baratos comparativamente com o resto do mercado, mas os preços subiram porque têm de permitir garantir formadores com uma qualidade mínima. Apontou como possível melhoria a implementar uma flexibilização do plano de pagamentos dos valores de inscrição.

Intervio em seguida o Delegado António Costa do CRAV, insistindo com o tema dos custos de deslocação.

Luis Cassiano Neves informou que será muito em breve convocada para 3 de Maio uma Assembleia destinada a deliberar sobre medidas de reestruturação financeira da FPR extraordinárias e profundas, pelo que neste momento não via possibilidade de adoptar subsídios à deslocação, considerando que o que se deve repensar são quadros competitivos que permitam a essas equipas competir com qualidade sem necessidade de fazer tantas deslocações.

Esclarecidos os delegados sobre o quadro das receitas, a Dra. Maria João Xavier prosseguiu com a apresentação do quadro das despesas, explicando os desvios das despesas em relação ao orçamentado nos diversos departamentos.

Alertou para o facto de existir um aumento significativo na rubrica de outros gastos, mas que tal era justificado pela organização do Campeonato de Sub 18, que não estava orçamentado e que entre gastos e receitas gerou um resultado positivo de cerca de oito mil euros.

Em termos globais, a Dra. Maria João Xavier destacou existir um aumento de despesas não orçamentadas na ordem dos 131 mil euros, face a um aumento de receitas não orçamentadas de 144 mil euros.

O Presidente da Direcção, na sequência da apresentação do quadro das despesas, realçou o facto de ainda existir muito trabalho a fazer neste particular, voltando a referir que na Assembleia Geral do próximo dia 3 de Maio apresentará mais propostas nesse sentido.

Tomou a palavra o Delegado Paulo Picão, da AA Coimbra, que destacou a importância do Alto Rendimento para o desenvolvimento do rugby, razão pela qual voltou a desafiar a FPR para olhar para os Centro de Alto Rendimento Regionais.

A Dra. Maria João Xavier prosseguiu então com a apresentação de diferentes quadros, relativos à evolução – face a anos anteriores – dos valores de prestações de serviços, subsídios à exploração, fornecimentos e serviços externos, outros gastos e perdas, activo líquido, passivo total, financiamento, resultados líquidos e fundos patrimoniais.

Neste momento chegou à Assembleia o Delegado Pedro Lucas, do CR Técnico, que passou a participar dos trabalhos.



Tomou a palavra o Delegado do Belenenses, Miguel Freudental, que sugeriu que nos quadros de receitas e despesas, anteriormente apresentados, também se colocasse a referência comparativa ao ano anterior, para se poder aferir mais facilmente da respectiva evolução.

Prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos Delgados, o Vice Presidente Carlos Lobo Gaspar agradeceu a apresentação da Dra. Maria João Xavier e a presença do representante do Conselho Fiscal, no que foi secundado pelo Presidente da Direcção.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou o ponto único à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 19 horas e 45 minutos, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - A  
Eduardo Cordero  
João Gaspar